ÍNDICE

Abreviaturas V

ABUSO DE AUTORIDADE — LEI N. 4.898, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

1. INTRODUÇÃO 1
2. DIREITO DE REPRESENTAÇÃO 5
3. APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL E PENAL 7
4. RESPONSABILIDADE PENAL 7
5. CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE (ART. 3º) 9
6. CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE (ART. 4º) 20
7. AUTORIDADE 29
8. OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA. CAUSA EXCLUDENTE DA CULPABILIDADE 31
9. ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL 31
10. SANÇÕES LEGAIS 32
11. PROCEDIMENTO 36
12. COMPETÊNCIA 41
13. PRESCRIÇÃO 43

CRIMES AMBIENTAIS — LEI N. 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS — CAPÍTULO I 45
2. DA APLICAÇÃO DA PENA — CAPÍTULO II 53
3. DA APREENSÃO DO PRODUTO E DO INSTRUMENTO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA OU DE CRIME — CAPÍTULO III 66

4. DA AÇÃO PENAL E DO PROCESSO PENAL — CAPÍTULO IV 68
5. DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE — CAPÍTULO V 73
6. INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA — CAPÍTULO VI — ARTS. 70 A 76 162
7. DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE — CAPÍTULO VII — ARTS. 77 E 78 164
8. DISPOSIÇÕES FINAIS — CAPÍTULO VIII — ARTS. 79, 80 E 82 ... 164

CRIMES HEDIONDOS — LEI N. 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS 167
2. CRIMES HEDIONDOS — CONCEITO 169
3. COMENTÁRIOS AO ART. 1º DA LEI — CRIMES CONSTANTES DO ROL LEGAL 172
4. COMENTÁRIOS AO ART. 2º DA LEI 186
5. COMENTÁRIOS AO ART. 3º DA LEI — ESTABELECIMENTO DE SEGURANÇA MÁXIMA 210
6. COMENTÁRIOS AO ART. 5º DA LEI — LIVRAMENTO CONDICIONAL 210
7. COMENTÁRIOS AO ART. 7º DA LEI — DELAÇÃO EFICAZ OU PREMIADA. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA 214
8. COMENTÁRIOS AO ART. 8º DA LEI — QUADRILHA OU BANDO 217
9. COMENTÁRIOS AO ART. 9º DA LEI — CAUSA DE AUMENTO DA PENA 220
10. COMENTÁRIOS AO ART. 10 DA LEI 223

CRIME ORGANIZADO — LEI N. 9.034, DE 3 DE MAIO DE 1995

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES 225
2. COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO I 225
3. COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO II 243

4. COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO III 249
5. LIBERDADE PROVISÓRIA 254
6. PRAZO PARA ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO 255
7. APELAÇÃO EM LIBERDADE 256
8. PROGRESSÃO DE REGIME 257
9. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL 257
10. CRIME ORGANIZADO E LAVAGEM DE DINHEIRO 257

CRIMES DE TRÂNSITO — LEI N. 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES 258
2. PROCEDIMENTO NOS CRIMES DE TRÂNSITO 258
3. CONCEITO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 263
4. PERMISSÃO OU HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULO 264
5. SUSPENSÃO OU PROIBIÇÃO DA PERMISSÃO OU HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULO 265
6. MULTA REPARATÓRIA 271
7. AGRAVANTES GENÉRICAS 274
8. PRISÃO EM FLAGRANTE E FIANÇA 276
9. DOS CRIMES EM ESPÉCIE 277

ESTATUTO DO DESARMAMENTO — LEI N. 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

1. INTRODUÇÃO 320
2. ASPECTOS GERAIS DOS CRIMES PREVISTOS NO CAPÍTULO IV 321
3. POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (ART. 12) 336
4. OMISSÃO DE CAUTELA (ART. 13) 345
5. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (ART. 14) 353

6. DISPARO DE ARMA DE FOGO (ART. 15) 362
7. POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO (ART. 16) 373
8. FIGURAS EQUIPARADAS (ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO) 382
9. COMÉRCIO ILEGAL DE ARMA DE FOGO (ART. 17) 397
10. TRÁFICO INTERNACIONAL DE ARMA DE FOGO (ART. 18) 408
11. CAUSAS DE AUMENTO DE PENA (ARTS. 19 E 20) 416
12. LIBERDADE PROVISÓRIA (ART. 21) 418
13. APREENSÃO DA ARMA DE FOGO, ACESSÓRIO OU MUNIÇÃO (ART. 25) 421
14. COMÉRCIO DE BRINQUEDOS, RÉPLICAS E SIMULACROS DE ARMAS DE FOGO (ART. 26) 423
15. ARMAS DE FOGO SEM REGISTRO. DEVER LEGAL DE REGULARIZAÇÃO (ART. 30) 424
16. ARMAS DE FOGO ADQUIRIDAS REGULARMENTE NOS TERMOS DA LEI N. 9.437/97. ENTREGA À AUTORIDADE POLICIAL 425
17. ARMAS DE FOGO SEM REGISTRO. FACULDADE LEGAL DE ENTREGÁ-LAS À AUTORIDADE COMPETENTE (ART. 32) ... 425
18. AUTORIZAÇÕES DE PORTE DE ARMAS DE FOGO CONCEDIDAS NOS TERMOS DA LEI N. 9.437/97. EXPIRAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE 426
19. COMERCIALIZAÇÃO DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÃO 426
20. REFERENDO POPULAR 426
21. REVOGAÇÃO DA LEI N. 9.437/97 427
22. VIGÊNCIA DA LEI N. 10.826/2003 428

LEI DE IMPRENSA — LEI N. 5.250, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1967

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS 429
2. DA LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO, DE INFORMAÇÃO E DE EXPRESSÃO DO PENSAMENTO 430
3. DOS CRIMES. COMENTÁRIOS GERAIS 431

4. COMENTÁRIOS AOS CRIMES CONTRA A HONRA — ARTS. 20 A 28 440
5. DISPOSIÇÕES COMUNS AOS CRIMES CONTRA A HONRA ... 461
6. RETRATAÇÃO 467
7. PEDIDO DE EXPLICAÇÕES EM JUÍZO 468
8. DIREITO DE RESPOSTA 473
9. RESPONSABILIDADE PENAL 477

INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA — LEI N. 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996

1. INTRODUÇÃO 491
2. OBJETO. CONCEITO 493
3. LEI N. 9.296/96 — ASPECTOS PROCESSUAIS 501
4. LEI N. 9.296/96 — ASPECTOS PENAIS 518
5. DAS PROVAS OBTIDAS POR MEIOS ILÍCITOS — ART. 5º, LVI, DA CF 522

JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS — LEI N. 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

1. INTRODUÇÃO 534
2. ÂMBITO DE INCIDÊNCIA 537
3. DISPOSIÇÕES GERAIS 546
4. FASE PRELIMINAR E TRANSAÇÃO PENAL 549
5. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO 559
6. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO 566
7. QUESTÕES FINAIS 576

LAVAGEM DE DINHEIRO — LEI N. 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES 584
2. OBJETO JURÍDICO 588

3. OBJETO MATERIAL 589
4. TIPOS PENAIS 589
5. CAUSA DE AUMENTO DE PENA 593
6. DELAÇÃO PREMIADA 594
7. COMPETÊNCIA 594
8. CITAÇÃO. A QUESTÃO DO ART. 366 DO CPP 594
9. FIANÇA E LIBERDADE PROVISÓRIA 595
10. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS 595
11. AÇÃO CONTROLADA 596
12. EFEITOS DA CONDENAÇÃO 596
13. DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS 597

SONEGAÇÃO FISCAL — LEI N. 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS 598
2. DOS CRIMES — COMENTÁRIOS GERAIS 599
3. COMENTÁRIOS AOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 1º 621
4. COMENTÁRIOS AOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 2º 630
5. COMENTÁRIOS AOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 3º 635
6. CONCURSO DE CRIMES 638

TERRORISMO

1. TERRORISMO NO DIREITO INTERNACIONAL 639
2. TERRORISMO NO DIREITO PÁTRIO 642
3. OBJETIVIDADE JURÍDICA 645
4. SUJEITO ATIVO 646
5. SUJEITO PASSIVO 646
6. CAUSA DE AUMENTO DE PENA 647
7. COMPETÊNCIA 647
8. AÇÃO PENAL 648
9. IMPRESCRITIBILIDADE 648
10. TERRORISMO E CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO 648

11. TERRORISMO E LEI DOS CRIMES HEDIONDOS 648
12. ASILO. EXTRADIÇÃO 649

TORTURA — LEI N. 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 651
2. TORTURA. ASPECTOS PENAIS 653
3. CRIMES DE TORTURA 656
4. PROGRESSÃO DE REGIME 674
5. EFEITOS DA CONDENAÇÃO 675
6. GRAÇA E ANISTIA. FIANÇA 676
7. EXTRATERRITORIALIDADE 677
8. FEDERALIZAÇÃO DAS CAUSAS RELATIVAS A DIREITOS HUMANOS. DO INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA (EC N. 45/2004) 678

DROGAS — LEI N. 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006

1. LEGISLAÇÃO ANTERIOR: LEIS N. 6.368/76 E 10.409/2002 680
2. PARTE PENAL — DOS CRIMES E DAS PENAS 681
3. DA INVESTIGAÇÃO E DO PROCEDIMENTO PENAL 743
4. DA APREENSÃO, ARRECADAÇÃO E DESTINAÇÃO DE BENS DO ACUSADO 753
5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS 757
6. QUESTÕES DIVERSAS 764

Bibliografia 767